

DO ISOLACIONISMO AO INTERVENCIONISMO: A PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS DO SÉCULO XX (1914-1945)

FROM ISOLATIONISM TO INTERVENTIONISM: THE UNITED STATES' PARTICIPATION ON THE WORLD WARS OF THE TWENTIETH CENTURY (1914-1945)

Silvana Aline Soares Simon

Estagiária Docente no curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

E-mail: simonsilvana83@gmail.com

Data Recebimento: 26/07/2011 Data Aceite: 06/12/2011

RESUMO: A influência norte-americana se dá praticamente em todo o sistema internacional. Para que os norte-americanos chegassem a essa posição, utilizaram, desde o final da Segunda Guerra Mundial, diversas ferramentas que lhes deram a oportunidade de obter e, posteriormente, consolidar sua capacidade de impor seus interesses sobre todo o globo, o que denota a habilidade do país na formação de novas diretrizes de poder. A potência passou por um longo processo de expansão, sobretudo no período entre guerras e durante a Segunda Guerra Mundial, que lhe permitiu emergir do conflito mundial com indelévels vantagens em relação aos países da Europa. O objetivo deste artigo é analisar a participação dos EUA nos dois conflitos mundiais e como se deu a passagem de sua atuação de cenário internacional do isolacionismo para o intervencionismo.

Palavras-chave: Estados Unidos; Política Externa; Guerras Mundiais.

ABSTRACT: The American influence can be noticed virtually over the entire international system. For the Americans to achieve that position, they used, since the end of World War II, many tools that gave them the opportunity to obtain and, later, consolidate its capacity to impose their interests over the entire globe, which shows the country's skills to develop new guidelines of power. The US went through a long process

of expansion, especially in the interwar period and during the Second World War, which allowed it to emerge from the global conflict with notable advantages over European countries. The objective of this paper is to analyze US participation in the two world wars and how it switched its perform on the international arena from isolationism to interventionism.

Key words: United States; Foreign Policy; World Wars.

INTRODUÇÃO

A liderança norte-americana está intimamente ligada a três fatores principais: os Estados Unidos foram o único país com capacidade produtiva e com condições suficientes para desempenhar o papel de potência internacional, que não foi destruído pelos confrontos armados; tornaram-se, devido aos financiamentos concedidos aos países que protagonizaram o conflito, o grande credor do sistema internacional e, por fim, com os investimentos realizados durante a guerra, a indústria norte-americana alcançou recordes de produção, sendo que o país aumentara em cerca de 50% sua capacidade produtiva (JOHNSON, 1998).

À luz do exposto, pretende-se abordar, neste artigo, a participação dos Estados Unidos nas duas grandes guerras mundiais, entre 1914 e 1945, e quais foram as causas profundas que os levaram a adotar uma postura intervencionista no sistema internacional. Para tanto, serão analisadas: a participação norte-americana na Primeira Grande Guerra e suas implicações político-econômicas; a crise da década de 1930, iniciada com o *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929 e as políticas *New Deal*, lançado pelo Presidente Roosevelt; o que levou os EUA a participarem da Segunda Guerra Mundial e como essa participação fomentou suas indústrias e sua economia, sendo denominada, pelo próprio Presidente de então, como “*Doctor New Deal*”, uma vez que sua economia superaqueceu com os esforços de guerra. Por fim, serão abordados brevemente os Acordos de Bretton Woods e o Plano de Reconstrução Europeia, por sua importância na consolidação da hegemonia político-econômica norte-americana e por terem assinalado a consolidação de sua atuação de forma intervencionista no sistema internacional.

1 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A Primeira Guerra Mundial foi o resultado da inquietação dos Estados, no início do século XX, que estavam imersos no nacionalismo, na busca por novas conquistas imperialistas e na concretização de seus interesses, sobrepondo-se aos seus vizinhos, aliados ou inimigos. Os EUA, a princípio, não se envolveram no conflito. O presidente democrata, Woodrow Wilson, defendia que o seu país deveria se limitar à neutralidade, expressando, assim, a vontade da maioria da população norte-americana¹. Havia, contudo, considerações relevantes à entrada do país no conflito: a simpatia pelos aliados e o modo como a ajuda norte-americana a eles cedida passou a fomentar a economia, a agricultura e a indústria (HERRING, 2008).

A Grã-Bretanha, por exemplo, a despeito de ter reformado seu exército nos anos que antecederam a guerra, não deu atenção suficiente aos meios de armá-lo, além de não dispor de uma indústria química, o que fomentava a necessidade de importar produtos e, em função disso, não podia manufaturar os explosivos necessários nesse momento. Sua fonte de suprimentos, então, passou a ser os Estados Unidos. As encomendas, desse modo, começaram a crescer em escala progressiva, beneficiando as empresas norte-americanas:

O povo americano emprestou grandes somas de dinheiro à Grã-Bretanha e à França. A indústria norte-americana se engajou rapidamente às necessidades anglo-francesas de guerra, fornecendo grandes quantidades de armas, escudos, altos explosivos e outros materiais, angariando pesados lucros. Os bancos americanos compraram agentes para os Aliados, flutuaram os empréstimos americanos, e concederam créditos aos Aliados. A agricultura americana se recuperou de uma forte depressão pré-guerra, encontrou mercados prontos e rentáveis para o algodão, o trigo e a carne suína na Inglaterra e na França. (COMMAGER; NEVINS, 1992, tradução do autor).

Os Estados Unidos, com a ajuda fornecida aos Aliados, angariavam diversas vantagens e se afastavam da recessão. Em função

¹ Esse era o sentimento da maioria da nação – e provavelmente também da elite dominante – que acreditava que os EUA teriam possibilidade de se manter distantes dos conflitos europeus, preservando apenas a Doutrina Monroe (TEIXEIRA, 1999).

das proporções que a guerra vinha tomando, a neutralidade desejada se tornava cada vez mais distante da realidade do país. Além disso, negar ajuda à Grã-Bretanha e à França poderia pôr em risco suas sobrevivências.

Nesse sentido, os laços socioculturais e econômicos pré-existentes entre esses países contribuíram sobremaneira na balança da decisão. As Treze Colônias podem ter se emancipado da soberania britânica – com apoio francês – e a república americana, desde então, lentamente se emancipou da sua tutela econômica, social e cultural. Contudo, a língua, a religião, os valores políticos e os laços econômicos e comerciais permaneceram (BROGAN, 1999).

A escolha a favor dos Aliados, dessa forma, se efetivou. A princípio, o Presidente Woodrow Wilson pensou que a participação norte-americana, além de salvar a Grã-Bretanha e a França, poderia induzir os beligerantes a negociar e que seu país não precisaria entrar em guerra. Em 1917, contudo, o anúncio de que a Alemanha iniciara uma guerra submarina fez com que o Presidente em exercício mudasse sua percepção do conflito, pois, além de se opor, ele acreditava que os beligerantes aceitariam suas propostas de “paz sem vitória”. Como isso não ocorreu, propôs ajuda aos Aliados, levantando o exército americano. Dessa forma, pode-se observar o abandono da tradição isolacionista².

A economia norte-americana não tardou a sentir o rápido aquecimento oriundo dos esforços de guerra. A produção de alimentos aumentou em um quarto, assim como o combustível e a produção de carvão. Por meio de empréstimos e impostos, arrecadou-se US\$36 bilhões, sendo que, desta soma, US\$ 10 bilhões foram destinados a empréstimos aos Aliados e o resto aos gastos internos (BROGAN, 1999). Nota-se, desse modo, que os EUA auferiram inúmeras vantagens com guerra. De acordo com Teixeira (1999), além do novo alento direcionado à indústria e à agricultura, seu custo foi relativamente baixo em termos humanos e materiais.

² A I Guerra Mundial marcou a primeira atuação dos EUA nas políticas europeias. Em 1917, a retórica de sua entrada “fazer do mundo um lugar seguro para a democracia” mostrou o tom moralista e idealista que com frequência caracterizou a aproximação americana nas políticas internacionais (JANDA; BERRY; GOLDMAN, 1992).

2 CRISE DA DÉCADA DE 1930 E AS POLÍTICAS DO NEW DEAL

Com o fim do conflito internacional, no entanto, as diretrizes político-econômicas dos Estados Unidos começaram a sofrer alterações devido a condicionamentos internos e externos. Internamente, a vitória dos republicanos no Senado significou uma diminuição da margem de manobra do presidente. Externamente, o fim da Primeira Grande Guerra significou uma perda de prestígio e confiança, devido, em grande medida, ao término da grande expansão industrial que ocorrera durante o conflito, acarretando no aumento da inflação e dos preços.

A vertiginosa expansão dos tempos de guerra foi seguida por uma queda brusca pós-guerra, como as encomendas de munições, uniformes e rações cessaram. A inflação resultante da guerra não cessou, de forma que os preços que aumentaram 62%, entre 1914 e 1918, e 40% entre 1918 e 1920. Os empréstimos aos Aliados cessaram em 1920, fazendo com que os europeus não dispusessem mais de recursos para comprar os produtos americanos, o que acarretou na diminuição do comércio exterior dos EUA (BROGAN, 1999).

A recessão pós-guerra prejudicou profundamente os agricultores norte-americanos, cortando as exportações pela metade e baixando os preços de seus produtos. Como resultado da crise oriunda do pós-guerra, na eleição subsequente, Woodrow Wilson perdeu seu posto para o republicano, Herbert Clark Hoover, que deu um novo direcionamento à política estadunidense. No plano interno, houve uma postura liberal, ao passo que, na esfera internacional, o isolacionismo, na esfera política, e o neomercantilismo, na esfera econômica.

Com os esforços de guerra e pós-guerra, os EUA se tornaram uma nação credora. Durante o período de guerra e reconstrução, o governo emprestou aproximadamente US\$10 bilhões de dólares aos Aliados e nações associadas. Nos anos 1920, investidores privados fizeram uso de aproximadamente US\$12 bilhões em investimentos no mercado europeu, asiático e latino-americano (COMMAGER; NEVINS, 1992). Para que os europeus saldassem suas dívidas de guerra, uma vez que se encontravam debilitados em diversos sentidos, tendo dificuldades para honrar seus compromissos, os norte-americanos e instituições financeiras passaram a investir na Alemanha, conforme ela se recuperava da devastação da guerra. Dessa forma, o dinheiro ia

da Alemanha para seus inimigos passados, como reparações, e assim retornava aos EUA como forma de pagamento de dívidas de guerra.

A postura neomercantilista adotada trouxe sérias consequências. Os republicanos aumentaram todas as tarifas aduaneiras, impedindo os europeus de venderem a eles seus bens. Isso não somente prejudicou a venda dos produtos do Velho Mundo, como também levou ao fechamento do mercado europeu aos bens americanos.

O liberalismo, postura adotada internamente, gerava resultados positivos. As estradas de ferro, operadas pelo governo durante a guerra, retornaram aos donos privados em termos generosos. Grandes partes das construções marinhas retornaram, a baixíssimos preços, a companhias privadas. A sociedade norte-americana se encontrava completamente dominada pelos ideais de mercado. Todos os meses, centenas de milhares de dólares eram utilizadas por ávidos investidores, que aspiravam se enriquecer rapidamente.

Esse ritmo da economia tinha, contudo, aspectos negativos, que acarretaram na quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. Dentre esses aspectos, destacam-se: a capacidade produtiva da nação superava a capacidade de consumo, pois uma parte da renda nacional se direcionava à pequena parte da população, que rapidamente a transformava em poupança ou em investimentos; as políticas de tarifas e os débitos de guerra afetaram o mercado estrangeiro para os bens americanos. Em terceiro lugar, a facilidade de créditos, a vasta extensão de compras a prestação e a irrestrita especulação; e, por fim, a contínua depressão da agricultura, o desemprego industrial e a ininterrupta tendência de concentração da produção e de poder em grandes corporações produziram uma economia nacional desequilibrada (COMMAGER; NEVINS, 1992).

Com a quebra da bolsa de valores, perdeu-se 40% do valor nominal das ações. Com o aprofundamento da depressão, a despeito de os políticos e líderes industriais emitirem previsões otimistas sobre a economia, a confiança dos investidores esmaeceu. No ano de 1933, por exemplo, o valor das ações na Bolsa de Valores de Nova York já atingia o patamar inferior a um quinto do que fora no seu auge, antes da crise. Como resultado, múltiplas empresas, fábricas e bancos faliram. A depressão destruiu todo o mercado doméstico (CINCOTTA, 1994).

No que tange ao setor agrícola, Brogan (1999) assinala que as altas tarifas dos anos 1920 e a competição internacional bloquearam os agricultores de seus tradicionais mercados. O valor de todos os

produtos agrícolas caiu mais de 50%. Pequenos bancos quebraram e, com eles, seus devedores e credores. O setor agrícola foi, sem dúvida, o que mais sofreu.

Como ressalta Pecequillo (2005), tratou-se de uma das mais profundas crises que o mundo já viveu. Começando pelos Estados Unidos, onde, como já foi explanado, houve queda livre dos preços agrícolas, desestabilização da economia interna, provocando a desorganização produtiva e o desemprego, e altas taxas de desemprego e inflação. No cenário internacional, predominaram as atitudes de fechamento das economias, acompanhadas de tarifas e barreiras protecionistas. Isso fez com que o isolacionismo dos países, sobretudo dos Estados Unidos, em concomitância com suas crises internas, desestabilizassem todo o sistema.

Nas eleições seguintes, os norte-americanos elegeram Franklin Delano Roosevelt, que, ao assumir a presidência, se deparou com uma severa situação de crise. Com vistas a reverter esse quadro, o então Presidente deu início às políticas do *New Deal*, que priorizavam questões como a restauração da balança entre agricultura e indústria, a supervisão das práticas bancárias, o reajuste das relações econômicas internacionais e a inauguração da política de boa vizinhança. No âmbito das relações internacionais, essas políticas eram claramente continuações das políticas tradicionais de reforço da segurança nacional, manutenção da liberdade dos mares, suporte ao direito e à paz e levar democracia ao mundo ocidental (COMMA-GER; NEVINS, 1992).

Um fator de grande importância na carreira de Roosevelt foi salvar as vítimas da Grande Depressão e transformar as atitudes americanas para reverter esse quadro. Ele, em seis anos, entre 1933 e 1938, tornou os EUA em um país altamente equipado para enfrentar o pior choque que o mundo moderno poderia viver (BROGAN, 1999). Roosevelt balizava sua diplomacia na política da boa vizinhança, cultivando boas relações com os vizinhos Canadá e América Latina. Durante a década de 1930, Roosevelt não permitiu que as considerações de política externa interferissem em seus programas internos. Após o anúncio de Hitler do rearmamento alemão, o presidente norte-americano procurou submeter vários decretos de neutralidade, uma vez que a ascensão do fascismo não era percebida como um sinal para agir e havia uma clara preferência pelo não engajamento em

possíveis conflitos de grandes dimensões. Essa tendência isolacionista era reforçada pelas lembranças das consequências da I Guerra Mundial.

Depois que se retiraram das Liga das Nações, em 1920, os EUA voltaram a ter uma política de isolamento nas relações internacionais, embora buscassem preservar seus contatos comerciais e financeiros com países da Europa e do resto do mundo (PECEQUILO, 2005, p. 107). A eleição de Franklin Delano Roosevelt, em 1933, foi decisiva para a superação da depressão e para o reengajamento dos EUA no cenário internacional, primeiramente, com as políticas do *New Deal* e, após, com o engajamento na Segunda Guerra Mundial, como se verá a seguir.

3 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O ABANDONO DEFINITIVO DO ISOLACIONISMO NO SISTEMA INTERNACIONAL

A Segunda Guerra Mundial foi um resultado da imprevidência internacional. Como observa Hobsbawm (2008, p. 43), a II Guerra Mundial talvez pudesse ter sido evitada, se a economia pré-guerra fosse restaurada como um sistema global de prósperos crescimento e expansão econômicos. O fato de nos anos 1920 a economia mundial ter passado por uma forte crise aliada à desatenção com a guerra e a perturbação pós-guerra, levou ao poder no Japão e na Alemanha forças políticas do militarismo e da extrema direita, esmerando-se para o rompimento do *status quo*.

Como na Primeira Grande Guerra, os EUA retardaram ao máximo sua entrada no conflito, tentando preservar uma posição de neutralidade. Como destaca Pecequilo (2005), em que pese a avaliação da Presidência, desde o início do conflito, de que seria extremamente prejudicial aos EUA que a Europa caísse sob o domínio da Alemanha, tanto o Congresso como a opinião pública traziam a preferência pelo isolacionismo bastante acentuada.

O início Segunda Guerra Mundial, da mesma forma que ocorreu em relação à Primeira Grande Guerra, não movimentou os Estados Unidos. No entanto, à medida que a real face do totalitarismo³ se evi-

³ O totalitarismo, como praticado pela Itália, Alemanha e Japão, se opunha fortemente aos princípios democráticos. A filosofia totalitária subordinava o indivíduo ao Estado ou à raça. Nos sistemas nazista e fascista, o indivíduo relativamente não tinha

denciava, os norte-americanos passaram a ficar apreensivos e, conforme Alemanha, Itália e Japão aumentavam a instabilidade do sistema internacional, por meio de invasões a outros Estados, percebeu-se a necessidade de agir. O presidente Roosevelt, a partir dessa constatação, passou a preparar os Estados Unidos para o conflito, armando o país, moral e materialmente.

A brutalidade de Hitler estava trazendo à tona uma grande mudança na opinião americana, que começava a perceber que ele não pararia de destruir, enquanto não houvesse uma força capaz de impedi-lo. Assim, os EUA deveriam enfrentá-lo, enquanto ainda podiam ter aliados.

Contudo, a oposição à guerra, em alguns setores, continuava a existir. Grandes corporações tinham certos interesses, pois suprimiram as necessidades de petróleo de Mussolini durante a guerra na Etiópia e também fizeram um comércio compensador com os nazistas logo no início da guerra. Essas corporações tinham interesses opostos aos interesses do governo. Standart Oil e New Jersey formavam um cartel com a IG Farben, a grande companhia petroquímica nazista, e se recusaram a fabricar o combustível de aviação para o exército americano, por causa da instituição (BROGAN, 1999).

Além destes, os isolacionistas continuaram protestando e formaram o Primeiro Comitê Americano, que tinha uma enorme gama de integrantes, de pró-nazistas a socialistas, inclusive o partido comunista, que vigorosamente se opunha ao envolvimento americano numa guerra, considerada por eles, imperialista.

A queda da França e o ataque aéreo à Grã-Bretanha influenciaram na mudança de posicionamento estadunidense, pois lhes mostrou o poder da máquina militar alemã e, se os ingleses caíssem, os Estados Unidos ficariam sozinhos contra uma forte coalizão militar. Diante dessa possibilidade, a preparação para a guerra foi acelerada. Doravante, diversas medidas tomadas pelo governo norte-americano demonstraram o abandono da neutralidade.

muita importância. Suas liberdades, seus direitos, sua propriedade, suas ambições e esperanças e suas relações sociais e familiares eram insignificantes. Diferentemente do modo americano de direitos e liberdades, no qual o indivíduo representa a fonte do governo (COMMAGER; NEVINS, 1992). Conceito de totalitarismo foi extraído do fascismo, este teorizado pelo italiano Giovanni Gentile (VIZENTINI, 1996).

Primeiramente, o Congresso votou astronômicas somas para o rearmamento, um acordo foi realizado com as repúblicas latino-americanas, estendendo proteção coletiva às nações democráticas do Novo Mundo. Os EUA e o Canadá ajustaram uma borda de defesa e o treinamento militar foi teve início.

Em novembro de 1940, Roosevelt foi reeleito presidente e, agora confiante no apoio popular, levou adiante suas políticas. Em janeiro, apresentou ao Congresso a proposta denominada *lend-lease bill*⁴, que foi aprovada. Dessa forma, aviões, tanques, materiais e gêneros alimentícios começaram a ser levados à Grã-Bretanha e seus aliados. Essa medida consumou o envolvimento dos Estados Unidos na guerra.

Outro acontecimento que mostrava o abandono da neutralidade norte-americana foi o encontro de Roosevelt e Churchill, em agosto de 1941, no qual redigiram a Carta do Atlântico, contendo princípios sobre os quais eles basearam suas esperanças de um futuro melhor para o mundo. Esses princípios eram: não haver mudanças territoriais que não estivessem de acordo com os desejos dos envolvidos; direito a todos os povos de escolher sua forma de governo; acesso de todos os Estados ao comércio e à matéria-prima; colaboração econômica entre nações; liberdade de navegação; e abandono do uso da força como instrumento das relações internacionais (COMMAGER; NEVINS, 1992).

Quando, na primavera de 1940, Hitler venceu a *blitzkrieg* e as nações da Europa Ocidental⁵ caíram ante à Alemanha, a política de Roosevelt se voltou a ajudar os Aliados. Apesar de expressar, em seus discursos, seu comprometimento com a paz⁶, suas ações mostraram a fiel amizade com a Grã-Bretanha, que agora lutava desesperada pela sobrevivência e era resoluta inimiga de Hitler. Os novos programas de defesa estabelecidos criaram uma enorme demanda industrial. Havia novamente trabalho para todos nesse esforço de para garantir a sua segurança.

O Ataque a Pearl Harbor uniu mais a nação do que qualquer outra feita poderia ter unido, fazendo com que passasse a dedicar todos os recursos e energias à guerra, elevando ao máximo sua capacidade

⁴ Essa medida previa que os EUA deveriam emprestar ou alugar artigos de defesa ou facilidades para qualquer nação cuja defesa fosse vital ao país.

⁵ Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica e França.

⁶ Em seus discursos, dizia que a América deveria se tornar o arsenal da democracia.

produtiva e inspirando sua população à implacável determinação de lutar pela vitória. O ataque japonês à base norte-americana, contudo, teve uma razão plausível. O triunfo da Alemanha na Europa, sob o comando de Adolf Hitler, deixou um vácuo imperial parcial no Sudeste Asiático, no qual o Japão estendeu seu protetorado.

Os Estados Unidos não aprovaram essa extensão de poder do Japão e aplicaram severa pressão econômica sobre o país, cujo comércio e abastecimento dependiam inteiramente das comunicações marítimas. Foi esse conflito que levou os dois países à guerra. Como ressalta Hobsbawm (2008), foram o embargo ocidental, isto é, estadunidense, ao comércio japonês, e o congelamento de seus bens que coagiram o Japão a tomar uma atitude.

A economia dos EUA já vinha progressivamente se tornando uma economia de guerra. Uma incessante necessidade de produtos, tanto externa como interna, fomentou grande parte da indústria americana de produção de guerra. O *lend-lease bill* não apenas abasteceu os Aliados com grande necessidade de comida e materiais de guerra, como também converteu as fábricas americanas em produtoras de equipamentos de guerra (COMMAGER; NEVINS, 1992). Além disso, as atividades das indústrias – manufatura, cultivo, mineração, transportes, comunicação, finanças e até mesmo ciência e educação – estavam em certa medida sob o controle governamental.

Novas indústrias foram criadas num curto espaço de tempo, principalmente em manufatura de magnésio e borracha sintética e outras como de aviões e construções de navios. Uma vasta quantia de dinheiro federal era revertida para a construção e o alargamento de planos para propósitos de guerra. Universidades e pesquisas industriais estavam comprometidas com o desenvolvimento de centenas de novas técnicas, dispositivos e invenções e também com pesquisas em coisas como radar, sonar e bomba atômica.

A guerra conseguiu o que o New Deal tanto almejou. A necessidade de produzir navios, aviões, tanques, armas, balas e bombas fez o que a necessidade de salvar do desemprego não podia. Roosevelt anunciou que o tempo para o ‘Doutor *New Deal*’ terminara; agora era tempo para o ‘Doutor Vence-a-Guerra’, mas a distinção era largamente falsa. Pois a guerra trouxe o seu próprio *New Deal* – um programa baseado em valores e cálculos muito diferentes dos do tempo de paz,

mas talvez muito mais efetivos por isso (BROGAN, 1999, tradução nossa).

A Guerra, portanto, foi positiva em diversos aspectos aos Estados Unidos. A indústria norte-americana alcançou recordes de produção, excedendo todas as expectativas. A prosperidade dos anos de guerra não encontra paralelo com a situação econômica de tempos de paz. Em cinco anos – de 1940 a 1945 –, fábricas estadunidenses e estaleiros produziram, dentre outros equipamentos bélicos, aproximadamente 300.000 aviões militares, 86.000 tanques e 3 milhões de armas. Foram confeccionados aviões, tanques, jipes, caminhões, telefones de campo, radares e milhares de outras coisas para suprimir não somente as necessidades da sua máquina de guerra, mas também da Grã-Bretanha e em algum nível da Rússia (COMMAGER; NEVINS, 1992). Como asseverou Hobsbawm (2008):

As guerras foram visivelmente boas para a economia dos EUA. Sua taxa de crescimento nas duas guerras foi bastante extraordinária, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, quando aumentou mais ou menos 10% ao ano, mais rápido do que nunca antes ou depois. Em ambas os EUA se beneficiaram do fato de estarem distantes da luta e serem o principal arsenal de seus aliados, e da capacidade de sua economia de organizar a expansão da produção de modo mais eficiente que qualquer outro. É provável que o efeito econômico mais duradouro das duas guerras tenha sido dar à economia dos EUA uma preponderância global sobre todo o Breve Século XX.

Ou ainda, sob a ótica de Johnson (1998):

A guerra beneficiou enormemente a economia dos EUA, aumentando sua capacidade produtiva em aproximadamente 50% e sua saída real de bens também em 59%. A economia cresceu à taxa de 15% anualmente, uma taxa nunca antes alcançada, ou desde que, e muito desta era produção civil para atender as demanda de uma nação agora aproveitando o pleno emprego e altos salários [...]. Eram de longe os maiores exportadores do mundo, transportando seus bens em navios norte-americanos constituindo metade da frota mercantil do mundo (Tradução nossa).

Os ganhos econômicos provenientes da Segunda Guerra Mundial possibilitaram também aos Estados Unidos emergir dos conflitos como o grande credor do sistema internacional, tendo sido o financiador e o principal fornecedor de armamentos aos Aliados, além de ter se emanado dos longos anos de batalhas intermitentes como o único país que não teve seu território destruído.

No entanto, a consolidação da posição dos Estados Unidos como potência hegemônica e de sua atuação de forma intervencionista no sistema internacional dependiam da criação de instituições que pudessem preservar as conquistas econômicas do período de guerra, o que foi alcançado, primeiramente, a partir dos acordos celebrados em Bretton Woods, nos quais os EUA tiveram ampla participação e, de modo mais notável, com o Plano de Reconstrução Europeia, conhecido como Plano Marshall, como será, doravante, abordado.

Os EUA, como foi abordado, emergiram do segundo grande conflito mundial como os grandes credores do sistema internacional, ao passo que a Europa, seu principal mercado consumidor, antes da eclosão da guerra, se encontrava com problemas de várias ordens, em função da destruição causada pela guerra. A despeito da necessidade que tinham de importar produtos e alimentos, não dispunham de meios para conseguir dólares e efetuar a compra de bens.

Tendo em vista este panorama internacional, representantes de 44 países se reuniram nos Estados Unidos, na cidade de Bretton Woods, com o objetivo de regulamentar o sistema monetário internacional e superar entraves do comércio internacional⁷. O arcabouço intelectual dessas discussões foi fornecido pelo renomado economista inglês John Maynard Keynes e pelo norte-americano Harry Dexter White, assessor técnico do Secretário do Tesouro americano, Henry Morgenthau.

Após intensas negociações, optou-se pela proposta apresentada por White, dando-se origem a três instituições internacionais: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Internacional do Comércio⁸.

⁷ Os maiores entraves do antigo sistema eram o padrão ouro e as desvalorizações cambiais (CARVALHO, 2004).

⁸ Esta instituição não se consolidou efetivamente, em função do veto do Congresso estadunidense. Posteriormente, em 1947, surge o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, congregando alguns de seus objetivos.

Um importante resultado da Conferência foi a confirmação do dólar americano como a nova moeda internacional e o estabelecimento de um regime monetário cambial baseado em taxas fixas⁹. Este novo padrão constituiu um dos pilares da construção da hegemonia econômica dos EUA, pois, como afirma Hobsbawm (2008), subordinava as novas instituições à sua política.

Quantidades ingentes de dólares oriundos dos EUA se direcionavam ao financiamento de bases militares, programas de ajuda, investimentos no exterior de empresas americanas e empréstimos a bancos estrangeiros. O mecanismo responsável pelo sucesso do sistema Bretton Woods eram os crônicos déficits no balanço de pagamentos dos EUA, que foi a forma, por eles utilizada, para expandir a oferta de moeda internacional (MOFFIT, 1984).

As instituições de Bretton Woods, no entanto, foram insuficientes na promoção da reconstrução da Europa. Surgia um novo cenário internacional, configurado pela rivalidade americano-soviética, principalmente após o Acordo de Potsdam e o anúncio da Doutrina Truman. Para os Estados Unidos, havia duas necessidades: conter o avanço comunista e garantir os mercados europeus. Neste contexto, eles lançaram o Plano de Reconstrução Europeia, em 1947, pelo secretário de Estado, George Marshall, consistindo em uma política de estabilização dos países da parte Ocidental da Europa.

O secretário de Estado diagnosticava, no desequilíbrio das trocas comerciais entre os Estados Unidos e a Europa e na conseqüente carência europeia de dólares, a fonte principal da crise econômica. Para reverter o quadro, indicava um ambicioso programa de transferência de dólares de um lado para o outro do Atlântico Norte, pela concessão de fundos créditos e suprimentos materiais a juros irrisórios (MAGNOLI, 2002).

O Plano Marshall, como ficou conhecido o Plano de Reconstrução Europeia, previa a supracitada concessão de empréstimos a juros baixos aos governos europeus, para que adquirissem mercadorias dos Estados Unidos. Os países que aceitavam o Plano de

⁹ Destatte (2002) estabelece que a taxa de cambio fixa tinha o objetivo de evitar as flutuações monetárias que geravam instabilidade nos mercados. Dessa forma, cada país seria responsável pela convertibilidade e pelo poder de compra nacional de sua moeda e aos bancos centrais caberia intervir no mercado para limitar as flutuações da taxa de câmbio.

veriam, em contrapartida, abrir suas economias aos investimentos estadunidenses¹⁰.

O Plano, portanto, além de permitir a manutenção do nível de produção conseguido com a guerra, serviria como estímulo aos negócios privados e ao crescimento econômico dos EUA. Nesse tocante, as grandes empresas exportadoras norte-americanas deram suporte à massiva ajuda fornecida aos europeus, com vistas a estimular reformas financeiras e investimentos econômicos internacionais (MACGLADE, 2001).

Além disso, Pecequillo (2005) aponta que o Plano Marshall foi delineado para eliminar as condições negativas, enfraquecendo, desse modo, a possibilidade de outra via, no caso a comunista, ser escolhida em detrimento do capitalismo, não pelos seus aspectos positivos, mas pela ausência de capacidade de promover a prosperidade e o progresso. Os norte-americanos almejavam mostrar que a sociedade orientada pelos princípios da democracia e do livre mercado era a melhor opção a ser aderida. Havia a consideração que, com a recuperação das principais potências europeias, França, Inglaterra e Alemanha, consolidar-se-ia um centro de poder alternativo à União Soviética no continente europeu.

O Plano Marshall, portanto, desempenhou importante papel na consolidação da hegemonia político-econômica estadunidense e marcou, de forma concreta, o abandono do isolacionismo na política externa, pois, além de ter sido consideravelmente necessário aos Estados Unidos, no sentido de garantir os mercados da Europa Ocidental, possibilitou o estreitamento da relação com estes países. Essa afirmação será abordada com mais acuidade no tópico subsequente, que ilustra as estratégias dos norte-americanos para conseguir a aprovação do Plano de Reconstrução Europeia, tanto interna, como externamente. Marcou a passagem do isolacionismo para o intervencionismo.

¹⁰ Essa abertura representava, no caso das economias fracas, como as Democracias Populares do Leste, ou devedoras como Europa Ocidental, o abandono de parte da soberania desses países (VIZENTINI, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida desta análise foi a Primeira Guerra Mundial, devido à sua relevância no sentido de fomentar a indústria e a economia estadunidenses e marcar uma breve mudança na sua política externa, que, como se pôde observar, tradicionalmente era isolacionista. As políticas do *New Deal*, de Franklin Roosevelt, na década de 1930, foram salientadas pelo fato de terem permitido a expansão da economia norte-americana em concomitância com a atuação estatal, fator que possibilitou ao país, como afirma Brogan (1999), estar equipado para enfrentar a Segunda Guerra Mundial. Essa, por seu turno, marcou a mudança na política externa dos Estados Unidos, passando de isolacionista a intervencionista, e possibilitou que o país emergisse como o grande credor do sistema internacional devido aos ganhos econômicos oriundos do conflito.

Com o intuito de preservar a consolidação da posição angariada, os Estados Unidos passaram a atuar no sentido de garantir mercados consumidores, uma vez que sua indústria fora expandida durante a guerra e continuava a produzir em ritmo acelerado. Para tal, fazia-se necessário um sistema econômico estável, que incentivasse o comércio entre os países, por meio de estabilidade financeira e regras monetárias.

Isso pode ser atingido, primeiramente, por meio das instituições advindas dos Acordos de Bretton Woods e, posteriormente, se consolidou com os esforços do Plano de Reconstrução Europeia. Esse, além de reerguer as economias da Europa Ocidental, devastadas pela guerra, e manter a economia norte-americana aquecida, foi de fundamental importância para o seu posicionamento no sistema internacional como potência hegemônica e consolidou, de forma definitiva, o abandono do tradicional isolacionismo na sua política exterior.

REFERÊNCIAS

BROGAN, H. *The Pinguim History of the USA*. 2. ed. London: Penguin Books, 1999.

CARVALHO, F.J.C. *Bretton Woods aos 60 anos*. 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/brettonwoods aos60anos.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2007.

- CINCOTTA, H. (org.). *O perfil da história dos EUA*. Departamento de Estado dos Estados Unidos, 1994.
- COMMAGER, H.S.; NEVINS, A. *A Pocket History of the United States*. 9. ed. New York: Pocket Books, 1992.
- DESTATTE, P. *La recherche d'un nouveau Bretton Woods*, 2002. Disponível em: <http://www.wallonie-en-ligne.net/Wallonie_Prospective/Mission-Prosp_W21/Rapport-2002/2-1_Nouveau-Bretton-Woods.htm>. Acesso em: 10 nov. 2007.
- HERRING, G.C. *From Colony to Superpower: US foreign relations since 1776*. Nova York: Oxford University Press, 2008.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- JOHNSON, P. *A History of the American People*. New York: Harper Collins, 1998.
- MAGNOLI, D. *O mundo contemporâneo*. São Paulo: Atual, 2002.
- PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- TEIXEIRA, A. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, J.L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VIZENTINI, P.F. *Da guerra fria à crise*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.